

ENTRE A ESTRUTURA E A AÇÃO: AS INTERAÇÕES ENTRE PRODUTORES E MERCADOS DE ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO NO PA FRANCISCO JULIÃO.

Pedro Campeão Ferreira¹

Resumo:

A construção de novos mercados e o acesso a mercados comercialização da produção agrícola já estabelecidos se apresenta como elemento marcante na viabilização dos sistemas produtivos em assentamentos de reforma agrária. Evitando estudar os mercados como uma categoria meramente econômica, este trabalho, fruto de uma pesquisa em andamento, pretende discutir as interações que se estabelecem entre agricultores assentados e diferentes agentes de mercado considerando, de um lado, as diferentes estratégias desenvolvidas pelos agricultores na relação com diversos circuitos mercantis, seus resultados e possíveis limitações e, de outro, a conformação e a dinâmica das redes sociais que são ativadas nessas interações. Nesse sentido, a questão não se resume à simples inserção da agricultura familiar em um mercado integrado aos circuitos agroindustriais, através da adequação à produção em maior escala e/ou padronizada, mas em debater os vínculos que esses produtores estabelecem com os distintos mercados com os quais se relacionam e seus efeitos sobre a reprodução social dessas famílias, através de estratégias de comercialização que visem, em combinação ou não com outras estratégias, garantir maior poder de decisão e espaço de manobra na relação com os agentes de mercado. O trabalho se utilizará dos aportes da Nova Sociologia Econômica e da literatura sobre mercados e produção familiar, tomando como campo de investigação o PA Francisco Julião, situado no município de Cardoso Moreira no Norte Fluminense.

Palavras chave: comercialização; mercados; reforma agrária; Norte Fluminense; Nova Sociologia Econômica, estratégias de reprodução social

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA/UFRRJ. campeoferreira@gmail.com

Introdução:

O presente trabalho é objeto de uma pesquisa em andamento e pretende discutir as relações que os agricultores estabelecem com diferentes agentes sociais visando comercializar a produção oriunda dos assentamentos de reforma agrária no Norte Fluminense e como se conformam as dinâmicas desses mercados na região ou para fora dela, tendo como referência o projeto de assentamento (PA) Francisco Julião. A problemática da comercialização já ocupa minhas pesquisas e trabalhos desde o ano de 2008 quando fiz meu primeiro estudo empírico sobre o tema em outros assentamentos da região.

A disputa entre modelos de produção agrícola no Brasil se acirra muito em função da manutenção das grandes propriedades e da corrida por recursos públicos destinados ao setor agropecuário. Sendo assim, é importante enfatizar que esse trabalho parte de uma perspectiva na qual priorizo a análise das unidades de produção dos assentamentos de reforma agrária e suas relações com o diversos mercados de comercialização da produção agrícola onde as profundas limitações de recursos, fruto em grande medida, de sua posição não hegemônica enquanto política agrária, não são determinantes do fracasso desse modo de produção, mas da manutenção de sua posição subalterna frente a política nacional, seu acesso marginal aos mercados de comercialização da produção e da consequente pauperização desses agricultores.

O estudo de caso inicial ocorre num assentamento do município de Cardoso Moreira situado na região Norte Fluminense. O PA Francisco Julião abriga atualmente 42 famílias e, juntamente de outro PA situado na fazenda ao lado, se apresenta como uma forte referência da produção agrícola municipal, se considerada a produção vegetal de alimentos.

O estudo da dinâmica dos mercados agrícolas e das formas de comercialização nos assentamentos de reforma agrária caracteriza um avanço não apenas no sentido de viabilizar e instrumentalizar a reforma agrária enquanto uma política pública eficaz, como buscar garantir melhores meios de produção e qualidade de vida para esses agricultores que sofrem, constantemente, com a desvalorização de seus produtos e trabalho ao se inserirem em mercados quase sempre assimétricos. Buscamos assim, com base em aportes teóricos da Nova Sociologia Econômica, abordar a questão de modo a valorizar as diferentes capacidades e espaços de ação dos agricultores sem, no

entanto, desconsiderar sua precária base de recursos² e investimentos para a atividade agrícola. A garantia de reprodução desses produtores se deve, em grande medida, a um balanço tênue entre a manutenção do bem estar da família e da propriedade, com vistas à garantia de continuidade da realização da atividade produtiva, preparo da terra, investimento em lavouras, capacidade de comercialização e geração de renda entre outros. A comercialização é tratada aqui como uma das possíveis e, nesse caso especificamente, uma das principais formas de geração de renda no interior do lote.

As relações que os agricultores estabelecem com diferentes agentes sociais visando comercializar a produção oriunda dos assentamentos de reforma agrária têm sido abordadas em diversos trabalhos sobre o tema que compõem parte da bibliografia deste artigo (Neves, 2010; Ferrante e Whitaker, 2010; Leite et al, 2007; Malagodi *et al*, 2004; Linhares *et al*, 2002; Heredia et al, 2002).

Dentre esses, são abordadas diversas dimensões direta ou indiretamente ligadas às questões acerca da comercialização e os tipos de relações que os assentamentos tem desenvolvido com alguns mercados. Para a reflexão proposta nesse artigo, sobre os mercados nos quais interagem os assentados, é de grande interesse os impactos gerados pela implantação dos assentamentos de reforma agrária nas dinâmicas econômicas, sociais e políticas locais, tendo em vista seus resultados e abrangência no âmbito do desenvolvimento local, induzidos a partir de sua instalação. (Leite et. al. 2004). De certa maneira, o estudo de caso aqui apresentado traz uma forte dimensão do impacto regional e da interação do município e região com o assentamento, pois se trata de um município que contabiliza de forma significativa a participação econômica e social de aproximadamente 150 famílias vivendo sob a condição de assentados. Somente a possibilidade de injeção de crédito nesses assentamentos, por exemplo, dinamiza a economia local e faz com que estes se tornem alvo de interesse e motivo de atração para diversos setores do comércio local. No âmbito produtivo, esses assentamentos podem representar uma nova dinâmica na produção e oferta de produtos nos mercados agropecuários locais, reordenando espaços anteriormente majoritariamente voltados para um modo de produção hegemônico.

² A interpretação de recursos e base de recursos não se limita a uma definição utilitarista, apesar de abrangê-la. Tomamos como referência a definição de Ploeg (2008) para base de recursos que engloba para além da terra como um elemento garantidor da autonomia, outros elementos como canais de comercialização, infra-estrutura, disponibilidade de outros meios econômicos (rendas ou atividades agrícolas), informação, capacidade de expressão de sua identidade e a constituição de relações sociais de confiança que também compõem o conjunto de recursos e capacidades mobilizados por esses agricultores.

Diferentes estudos de caso sobre assentamentos relatam experiências diversas, expressando caminhos heterogêneos percorridos pelas famílias assentadas, na consolidação de modos de produção e comercialização eficazes e, modo geral, na luta pela garantia de acesso a direitos fundamentais. Kageyama (2010) chama atenção para a vasta gama de processos sociais presentes na consolidação dos assentamentos de reforma agrária no Brasil ao longo do tempo. Em seu estudo que busca caracterizar os assentamentos com base no censo agropecuário de 2006, apresenta dados sobre volume de produção, infra-estrutura, tamanho das unidades e composição das famílias entre outros diversos dados que tentam compor as condições das unidades de produção nos assentamentos. A autora indica que, apesar das limitações dos dados censitários, há manutenção das diferenças regionais entre assentamentos de uma região para outra e que, em linhas gerais, do ponto de vista de indicadores fundiários, os assentamentos encontram-se na média geral dos estabelecimentos agropecuários.

Se levarmos em consideração os dados de produção agrícola do IBGE veremos que o município de Cardoso Moreira não possui uma produção expressiva de gêneros agrícolas vegetais em relação ao norte do Estado. No entanto, segundo informações cedidas pela Secretaria de Agricultura Municipal e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER-RJ, a maior parte desse tipo de produção contabilizada nos dados do município é oriunda dos assentamentos. Nesse caso, a dimensão da produção torna-se um dado bastante relevante para pensar a dimensão produtiva e comercial dos assentamentos. A análise desses dados pode ajudar a balizar questões relacionadas à inserção econômica e social dos assentamentos nesse contexto regional, tendo em vista ainda os diferentes resultados apresentados por assentamentos. Isso, porém, não indica uma polarização regional de sucesso ou fracasso na execução da reforma agrária com base apenas em elementos estatísticos, mas serve para embasar estudos que possam contribuir com a compreensão da realidade local a partir da trajetória desses produtores. As formas de produção e interação com mercados também passam por essas diferenças regionais e até mesmo locais, entre assentamentos. Mesmo assim, apesar das grandes limitações e da pequena amplitude da política de reforma agrária, ela apresenta avanços significativos nas áreas em que esta conseguiu se consolidar. (Kayagema et. al., 2010; Leite et. al., 2007).

Em linhas gerais, no que tange às formas de comercialização da produção agrícola, a precariedade na infra-estrutura dos assentamentos, principalmente no que diz respeito às vias de acesso, se mostra como um fator de grande influência nas condições

de comercialização da produção. A presença marcante do atravessador e a assimetria nas relações estabelecidas com os diferentes agentes de mercado também são elementos constantes que marcam a estrutura da comercialização nos assentamentos. Outra questão que se apresenta com frequência, guarda relação com as estratégias coletivas de acesso a mercados e seus formatos organizativos, sobretudo associações e cooperativas (Leite, 2002; Ferreira e Pedlowski, 2010). Sobre esse último tema, a necessidade, quase obrigatória, da organização enquanto personalidade jurídica para sua representação institucional (Heredia et al, 2002; Neves, 2010) estabelece uma importante discussão sobre a forma de construção e constituição desses modelos nos assentamentos. Em diversas situações tais construções ocorrem de forma imposta, podendo gerar dificuldades na sua operacionalização e representatividade (Guanziroli, 2010). Essa observação se faz importante para a discussão aqui proposta, visto que, por diversas vezes, assistimos o uso do argumento de que há um suposto individualismo inerente à organização dos produtores assentados que impede o sucesso de suas empreitadas, principalmente no que diz respeito à comercialização da produção. Por isso a importância atribuída por Neves em ampliar a discussão sobre o reconhecimento do agricultor assentado enquanto ator econômico, buscando reanalisar a concepção que polariza os agricultores entre agentes econômicos num sentido restrito ou produtores de subsistência que buscam apenas a sobrevivência física e social (Neves, 2010).

No estado do Rio de Janeiro algumas peculiaridades acerca da formação dos assentamentos são indicadas no trabalho de Medeiros et al. (1999) onde são apontadas características do quadro agrário fluminense tal como intensa urbanização concentrada, somada ao esvaziamento de áreas rurais sob fortes pressões especulativas imobiliárias. Além disso, combinam-se grande concentração de terra e baixos índices de produtividade. A região Norte do Estado, por sua vez, apresenta altos índices de concentração da terra, fato que se deve, em grande medida, à estrutura de exploração agrícola historicamente vigente na região. Ainda que tenha se processado ali um significativo esvaziamento e decadência do setor tradicional da cana de açúcar, os índices dessa concentração pouco sofreram alteração ao longo dos anos. Dessa decadência a região se tornou bastante visada pelos movimentos sociais do campo que passaram a atuar com bastante força na conquista de terras na região (Pedlowski, 2009). Não só o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mas também a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), em articulação com sindicatos de trabalhadores rurais empenhados em

receber na forma de terras indenizações trabalhistas principalmente oriundas do corte da cana-de-açúcar. Nesse sentido, podemos dizer que a região Norte Fluminense é composta por uma mancha de assentamentos (Leite et. al., 2007) que começa a surgir a partir da década de 90, principalmente devido à contínua decadência do setor sucroalcooleiro que mantinha grandes latifúndios improdutivos na região (Pedlowski, 2009).

Atualmente, de acordo com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), existem no Rio de Janeiro 75 assentamentos dos quais 22 deles encontram-se distribuídos entre 7 dos 9 municípios que formam a região Norte Fluminense. Existem ainda outros 5 assentamentos nessa mesma região que pertencem à tutela do Instituto de Terras e Cartografia do Rio de Janeiro (ITERJ).

Mesmo que não se caracterizem de forma estanque e polarizada, partindo das dificuldades até alguns avanços da reforma agrária, vários efeitos da execução, ainda que precária, das políticas de reforma agrária podem ser identificados no plano do desenvolvimento regional, com destaque para o crescimento da oferta de produtos alimentares no plano regional e aumento do número de feiras livres ampliando os mercados locais (Leite, 2007; Heredia,2002). Discutem-se ainda possibilidades de beneficiamento para agregação de valor aos produtos visando aumentar os retornos financeiros para os produtores assentados e a criação e/ou expansão de novos mercados para esses produtores, buscando valorizar sua condição e viabilizar sua reprodução social. Algumas experiências locais vêm demonstrando bastante êxito ao longo do tempo como é o caso da feira dos produtores agroecológicos em Campos dos Goytacazes, organizada por militantes do MST. Seu êxito abre um novo horizonte de possibilidades para novas experiências, apesar de ainda estar restrita a um pequeno número de agricultores. Existem também experiências de participação em programas institucionais de compra como o PAA e o PNAE. Essas experiências tem origem de formas variadas e são estimuladas e acompanhadas pelos movimentos sociais, cooperativas de assistência técnica, associações e/ou cooperativas de produtores, Universidades, prefeituras e organizações locais. A criação e acesso a mercados adequados aos modos de produção desses assentamentos caracterizam um ponto crucial na viabilização dos sistemas produtivos e merecem um aprofundamento nessa discussão. Nesse sentido, busco dedicar considerável atenção ao tema.

Estratégias e entraves: A agricultura familiar na reforma agrária no Norte Fluminense

Tratamos aqui de um complexo debate no qual, além de discutir estratégias de reprodução social implementadas por uma categoria profundamente heterogênea, tomamos como foco da análise unidades produtivas marcadas por profundas limitações de recursos e diferentes tensões, que vão desde pressões especulativas sobre o uso e a posse da terra às diferentes disputas comunitárias internas. Além disso, da mesma forma que mercados se constituem a partir de formas sociais, as atividades produtivas também são oriundas das relações sócio-físicas das quais provêm e, no caso de assentamentos de reforma agrária, a própria dinâmica produtiva terá forte relação com a dinâmica existente no interior do assentamento (Pecquer 2001 apud Maluf 2004). Esses produtores familiares encontram-se constantemente submetidos a diversas pressões, principalmente no que diz respeito à manutenção da propriedade e à reprodução da família. No entanto, as lógicas através das quais os agricultores mobilizam recursos e constroem suas relações com diferentes agentes de forma a lidar com as diferentes necessidades são bastante diferenciadas, tendo em vista a composição heterogênea de perfis desses produtores.

Como indica Almeida (1986), trata-se de observar diversos processos de microprodução da família e de ocupação e uso da unidade de produção doméstica onde esses processos exercem diferentes interferências nos possíveis graus de liberdade das opções feitas pela família. Dá como exemplo a disponibilidade de uso da terra, fator que deve ser levado em conta considerando que nem todos os lotes apresentam a mesma capacidade de exploração, tanto do ponto de vista físico, como do ponto de vista das características sociais e econômicas de cada agricultor. As formas de trabalho na unidade também são uma variável importante na capacidade dos agricultores utilizarem mão de obra em seu processo de produção, seja ela familiar ou contratada. Isso se relaciona com a composição familiar e mão de obra que se reproduzem no interior dos lotes. Há casos onde famílias não convivem na terra e são recrutadas apenas em períodos de safra ou no tipo de mão de obra contratada, normalmente temporária, para o trabalho no lote. *“Unidades domésticas respondem com variações na intensidade, no ciclo e na divisão do trabalho, e recrutando/expulsando membros na qualidade de parentes ou empregados, bem como na variação de consumo.”* (Almeida, 1986, p.13). Torna-se assim indispensável considerar essas diferentes pressões a que estão

submetidos alguns produtores e como estas influenciam, inibem ou estimulam a opção por determinadas estratégias, sejam elas políticas, pessoais, de mercados etc.

Ao tratar das estratégias busco valorizar a condição de agente dos agricultores em questão buscando compreender a forma como organização suas unidades de produção e estruturam suas relações com os diversos mercados. Essa condição é descrita por Giddens (apud Ploeg, 1990) como *knowledable and capable social actor* e se manifesta através da mobilização de recursos e redes de relação que visam atender ou impor as necessidades físicas e sociais dos atores em questão. Esse olhar procura situar as práticas dos agricultores entre a estrutura, que interfere e limita a base de recursos disponíveis para esses atores possam desenvolver suas estratégias e a ação, que diz respeito justamente ao espaço de manobra e aos diversos graus de autonomia que estes possuem ou pretendem construir. No caso específico em que a pesquisa esta se desenvolvendo, os agricultores padecem da necessidade de se adequar a uma dupla condição. Se por um lado, sua consolidação como agricultores assentados da reforma agrária tem, na maioria dos casos, características camponesas³ por outro sofrem constantes pressões relacionadas à ampliação de sua escala de produção, à dependência em relação ao uso de insumos externos e à adesão a diferentes mercados (de insumos, de mão-de-obra, de máquinas, de escoamento da produção agrícola). Muitas dessas pressões se dão em função dos produtores aderirem a padrões de produção que pressupõe a participação em diferentes mercados entrelaçados (ELLIS, 1988). Nesses casos, as indústrias produtoras de insumos, sementes, maquinário e biotecnologias, bem como diferentes agentes ligados ao mercado financeiro buscam se entrelaçar aos modos de produção desses agricultores, tornando-os cada vez mais dependentes dos diferentes mercados, reduzindo seu leque de opções e sua capacidade de gestão de suas relações com os diferentes circuitos mercantis. Essas são consequências do aumento do controle sobre a atividade produtiva e circulação de informações através do tipo de fomento

³ Ao tratar de características camponesas refiro-me à caracterização geral proposta por Wanderley (2009) que entende que entre “agricultores familiares e camponeses não existe nenhuma mutação radical que aponte para a emergência de uma nova classe social, ou um segmento de agricultores gerado pelo Estado ou pelo mercado.” (Wanderley, 2009 p.40) A autora chama atenção para um processo de aprimoramento do conhecimento sobre campesinato como categoria social que tem por referência a pequenas propriedades e por base de produção a unidade gerida pela família. “Esse caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica. Não se trata apenas de identificar as formas de obtenção de consumo, através do próprio trabalho, mas do reconhecimento da centralidade da unidade de produção para a reprodução da família, através das formas de colaboração dos seus membros no trabalho coletivo – dentro e fora do estabelecimento familiar -, das expectativas quanto ao encaminhamento profissional dos filhos, das regras referentes às uniões matrimoniais, à transmissão sucessória etc.” (Wanderley, 2009. p.40)

dessas atividades, que resulta em diferentes formas de bloqueios frente aos mercados. (ELLIS, 1988). Para esse autor, a pressão exercida sobre os produtores através dos mercados entrelaçados tem por base relações marcadamente desiguais. Segue o argumento mostrando que esses produtores não são integrantes voluntários em um mercado de trocas normais concorrenciais, caracterizando-os como participantes involuntários em transações impostas em que o esquema de trocas não consiste em atingir um preço de equilíbrio no mercado, mas em garantir vantagens de um agente em detrimento de outros (ELLIS, 1988).

A condição paradoxal de existência de produtores familiares, inseridos ou não, nesses mercados entrelaçados os leva a diferentes e oportunas combinações de estratégias que, para além de buscarem aumentar sua capacidade de gestão da unidade produtiva, principalmente no sentido de se manterem na terra no longo prazo, visam primordialmente sua reprodução social no curto prazo. Por mais que seja importante garantir níveis mais altos de autonomia⁴ em suas relações de produção e comercialização, é necessário não subestimar a limitação das opções frente às diversas pressões estruturais internas e externas. Ou seja, não há um leque ilimitado de opções onde os produtores podem e são capazes de escolher caminhos ótimos a serem trilhados. Existem diferenças significativas nas possibilidades de realizar opções, bem como nas racionalidades em que são feitas essas opções. Nesses casos, níveis de consumo e de realização pessoal e familiar também interferem no tipo de opção do ponto de vista do agricultor. Essa abordagem visa evitar o que Granovetter (1985) denomina de concepções sub-socializadas ou super-socializadas.

Tentando transpor algumas idéias desenvolvidas por Granovetter (1973) sobre os laços que se estabelecem entre diferentes redes na construção social dos mercados, para o estudo das relações estabelecidas por agricultores familiares com os mercados de produtos agrícolas, podemos supor que dificuldades de inserção em alguns mercados por parte dos agricultores podem estar relacionadas aos tipos de configuração das redes sociais que compõem esses mercados mais amplos. Ploeg (2011) indica que a arquitetura e as dinâmicas de funcionamento dessas redes podem fomentar, de diferentes maneiras, a exclusão constante dos produtores familiares ou, pelo menos, de algumas categorias de agricultores familiares. Mais do que isso, a participação desses agricultores pode se dar normalmente através de outras vias, comumente intermediadas

⁴ Uma das questões ainda em aberto da pesquisa consiste numa tentativa de captar, com base na pesquisa empírica, uma noção menos vaga sobre o que entendem estes agricultores por autonomia.

por agentes de mercado que possuem livre circulação no interior dessas redes, como por exemplo, os atravessadores⁵. Assim os produtores assentados recebem pela comercialização de sua produção valores que estão normalmente abaixo do que poderiam receber caso tivessem maior autonomia sobre a circulação de seus produtos nos mercados de comercialização⁶. A relação que pode tornar clara a utilidade da abordagem da influência das redes na organização dos mercados é, como indica Wilkinson (2002), que não há, necessariamente, uma combinação impessoal entre a oferta e a demanda.

No caso desses mercados no Norte Fluminense, também é perceptível a ausência de conexão direta como regra entre demanda e oferta de produtos agrícolas. Um bom exemplo desta desconexão é a capacidade de oferta de produtos por parte dos agricultores da região, visto que cerca de mais de 80% dos produtos vendidos no mercado municipal⁷ de Campos dos Goytacazes são provenientes de outras regiões, em grande parte dos Ceasas do Rio de Janeiro e Vitória. Já a produção de abacaxi dos assentamentos é distribuída, em grande medida, por intermediários em mercados distantes (Ferreira e Pedlowski, 2010). Isso pode indicar uma certa forma de isolamento das redes destes agricultores, a possibilidade de haver dificuldades em transitar entre diversas redes para acessar mercados locais, pode resultar na restrição ao acesso a novos e distintos mercados. Esses atores, mesmo quando possuem força no interior de suas redes, podem não possuir trânsito entre as principais redes que conformam os mercados. Ao nos apropriarmos de Granovetter, podemos inferir que possíveis dificuldades de produtores familiares transitarem entre as principais redes de mercados, podem resultar em maiores danos à participação dos produtores nas redes dos mercados mais amplos do que a própria estruturação de suas redes internas de comercialização ou determinados

⁵ Não se trata aqui de uma demonização da figura do atravessador, mas uma tentativa de compreender como se desenha a dinâmica desses mercados de escoamento da produção nos assentamentos de reforma agrária estudados, onde há uma predominância do atravessador como principal elo desse mercado. Nesse caso, o elemento de exclusão pode ser a própria conformação desse mercado, o que implica na necessidade de uma investigação mais profunda sobre os atores que o compõem.

⁶ A pesquisa preliminar a campo demonstra a insatisfação dos produtores com os preços pagos pelos seus produtos nos mercados onde possuem menor ou nenhuma autonomia sobre a definição dos preços. Por exemplo, as diferenças entre preços pagos pelo atravessador e preços obtidos na venda direta da produção chegam a ser maiores do que 50%.

⁷ O mercado municipal de Campos dos Goytacazes funciona como uma pequena Ceasa que vende no atacado e no varejo e fica localizado bem no Centro do Município que caracteriza um dos principais mercados consumidores da região.

circuitos curtos⁸ que, mesmo quando efetivas, não dão conta de escoar a maior parte da produção. Seu argumento é de que a fraqueza desses “laços fracos” seria mais problemática para a garantia de circulação entre as diversas redes do que a fraqueza dos “laços fortes”. (Granovetter, 1973). Nesses termos, ainda que o fortalecimento das redes internas, o que Granovetter denomina “laços fortes”, seja bastante importante para o estabelecimento desses agricultores, ele pode não ser suficiente para garantir margens de manobra mais amplas. É necessário que estes produtores consigam estabelecer e fortalecer os “laços fracos” aqui entendidos como pontes que viabilizem a participação em novos mercados ou mercados já estruturados. É importante frisar que nem todos os mercados já estruturados são profícuos para estes produtores, como observado anteriormente. A possibilidade da criação de novos mercados, adequados ao seu modo de produção, é bastante pertinente, mas também se faz importante pensar a expansão da participação direta dos agricultores em mercados já estruturados nos quais sua inserção ainda ocorre, muitas vezes, de forma intermediada. A distribuição desses produtos nos diversos entrepostos locais ou mais distantes, raramente é feita no âmbito do controle desses agricultores. Diferentes esforços podem ser identificados na combinação e na conexão de estratégias diversas para a ampliação das margens de manobra. Tem espaço crescente nesses esforços a diversificação da produção, distintas formas de agregar valor ao produto final, a priorização do acesso direto a circuitos locais de mercados, o rastreamento da produção, a opção por vínculos produtivos baseados na complementariedade, a formação de mercados baseado na confiança, na aproximação entre produção e consumo entre outras (Maluf, 2004).

Outro fator que pode ter forte peso na articulação entre diferentes essas combinações de estratégias é a combinação de distintas fontes de renda através da pluriatividade. Ainda que compreender a formação da renda no interior do lote não seja o objetivo em central desde trabalho, a pluriatividade, para além da arrecadação de renda que pode ser investida em fins produtivos e/ou infra-estrutura, pode ser também bastante importante no estabelecimento de novas redes de sociabilidade que podem contribuir para o desenvolvimento dos laços fracos ampliando as capacidades estratégicas desses agricultores. Desse modo a compreensão da pluriatividade ganha

⁸ Não seriam todos os circuitos curtos. Mas, para citar um exemplo, a venda direta na pista, um dos mercados onde os assentados conseguem melhores valores por seus produtos, funciona, de certa maneira, com forte referência nas redes internas do assentamento através das trocas e comércio interno.

importância principalmente frente a sua capacidade estratégica, ou não, de ampliação das redes e capacidades desses produtores em suas relações com os mercados.

Finalmente e não menos importante, é enfatizar a necessidade de se pensar em relações de mercados próprias da agricultura familiar e para a agricultura familiar. Por isso entendo que sejam mercados mais adequados, de certa forma, aqueles que guardem referências nos seus modos de produção⁹. Esse aspecto é de fundamental importância para evitar qualquer tipo de confusão entre demandas de um mercado estruturado exclusivamente para o lucro, baseado num tipo de racionalidade econômica e num determinado modelo de produção, em contraposição a um modo de produção que priorize a manutenção dos recursos ambientais e tenha sua base sustentável atrelada ao patrimônio familiar, que toma sua principal forma na construção e garantia de reprodução como base estratégica para o desenvolvimento de uma unidade de produção e consumo. (Malagodi, 2004). Ou seja, na construção de um modelo capaz de articular sustentabilidade ambiental atrelada à reprodução social da família baseados na garantia e manutenção da propriedade da terra.

Porém, como aponta Maluf (2004), a variedade das opções e possibilidades de inserção em mercados é proporcional e relacionada à disponibilidade de recursos que podem ser combinados nos processos produtivos das unidades familiares. As possibilidades são diversas. As estratégias, por sua vez, não se resumem à troca de produtos na forma de mercadoria por dinheiro, a composição desse quadro se dá nas trocas de produtos no interior do assentamento e comunidades vizinhas, na produção destinada ao consumo familiar e à alimentação de criações, no beneficiamento de produtos *in natura* para agregação de valor, na entrada em nichos de mercados artesanais diferenciados, nas trocas de serviços entre agricultores, entre outras iniciativas que podem compor um papel estratégico na reprodução familiar e na formação de redes que se direcionem aos mercados.

É importante compreender a conformação dessas redes na busca de uma valorização do modo de produção para que se possa tornar viável a reprodução destas

⁹ Ainda eu a discussão sobre modos de produção seja bem mais ampla que isso, podemos citar aqui um exemplo que pode ajudar a dar corpo para tal discussão. Isso é perceptível através da observação de diferentes manobras feitas por parte de algumas prefeituras principalmente na execução do PNAE. A política se torna pouco eficaz ou inviável se o planejamento de entregas não for compatível com os modos de produção e características ecológicas locais. Mesmo sabendo que a Lei prevê essas questões, na prática, em chamadas públicas locais, constantemente encontramos grandes pedidos irrealizáveis, como milho em lata, maçã, pera entre outros itens que não são produzidos regionalmente pela agricultura familiar. No outro lado, os produtos com grande potencialidade para a entrega anual, são pedidos em pequena escala, de modo a não atender às especificidades produtivas e ecológicas locais.

famílias e fazer do programa de reforma agrária uma política massiva de combate a pobreza e distribuição de riquezas. Nesse sentido, conhecer o *modus operandi* desses agricultores é também primordial para o desenho e execução de políticas públicas adequadas à sua condição enquanto produtor.

Produção e Comercialização:

Ao tomar como referência as formas de produção e as condições de comercialização que vêm se desenvolvendo nos assentamentos de reforma agrária na região estudada, parto do pressuposto de que estas formas ou modos de produção incorporam características camponesas conforme descrito na seção anterior. A referência a uma agricultura familiar ou camponesa remete a processos específicos de ordenamento da atividade produtiva, que têm como objetivo a manutenção e reprodução da unidade de produção familiar, e que se consolidam como forma de reação ou resistência às desiguais relações de poder impostas por instituições externas e internas. Ou seja, faz-se necessário compreender as racionalidades com que operam estes agricultores. As formas de racionalidade que orientam suas práticas não são, necessariamente, similares à racionalidade empresarial voltada para a obtenção de taxas de retorno financeiro conforme estabelecido pelas teorias econômicas neoclássicas. Assim o pressuposto é de que essas racionalidades visam, além da renda, o bem estar da família, a preservação e aperfeiçoamento de uma base de recursos, entre outras dimensões a serem identificadas com o avanço da pesquisa. O *modus operandi* da produção familiar distingue-se, também, do modo de produção da agricultura empresarial e das relações que ela estabelece com seus mercados, que vêm continuamente adotando novos padrões concorrenciais, elevando suas exigências em termos dos níveis de eficiência e qualidade e exercendo pressões sobre os custos de produção e o ritmo da modernização tecnológica, de modo a excluir ou inviabilizar a participação destes produtores nas cadeias de *commodities* (Wilkinson, 2003).

Reitero aqui a alusão à agricultura familiar¹⁰ e aos agricultores assentados e seus modos de produção, identificando-os, sem significativas distinções, com as

¹⁰ No caso do PA Francisco Julião, adequação das referências à agricultura familiar ainda necessitam de um maior aprofundamento devido à heterogeneidade das características familiares dos agricultores que vivem nos lotes. Há um número significativo de casos nos quais o assentado não possui ou não está acompanhado da família, que continua residindo em municípios próximos. Há diversos casos ainda de lotes que são geridos exclusivamente por mulheres e que não seguem, portanto, um modelo de família patriarcal. Ainda assim, salvo as peculiaridades da composição familiar desses casos, o “modo de

características camponesas, características que, com o passar do tempo, adquirem novas roupagens na (re)construção no ideário do camponês brasileiro. Wanderley (2009) mostra que as semelhanças existentes entre essas diferentes categorias sociais são, sem dúvida, muito maiores e mais significativas do que as possíveis diferenças enfatizando ainda que suas formas de produção e organização, práticas de resistência, estratégias de reprodução, inter-relações com mercados, com as cidades e o mundo, luta pelo acesso e manutenção da terra e dos recursos produtivos, formas de interação com o ambiente, compõem as diversas dimensões da existência camponesa e que formam essas populações heterogêneas que ocupam atualmente as áreas rurais brasileiras. E continua, mostrando que esses grupos

“apesar das particularidades, que tendem a se fortalecer, uma vez que lutam pelo reconhecimento de suas identidades e seus direitos, o traço de união entre todas essas categorias parece ser sua condição de agricultores territoriais, pelo fato de que, de uma forma ou de outra, são grupos sociais que se constituem em função da referência ao patrimônio familiar e ao pertencimento à comunidade rural.” (Wanderley, 2009. p.40).

Esses produtores se relacionem constantemente e de diversas formas com os mercados, sejam eles mercados de insumos, mercado de trabalho, mercados de serviços, entre outros. Nesse trabalho procuro compreender as relações que se dão com mercados por meio da comercialização de produtos agrícolas produzidos nos lotes. A distinção se faz importante em termos analíticos para o recorte do objeto, porém, é preciso considerar que esses diversos mercados anteriormente citados encontram-se estreitamente relacionados e suas especificidades estão constantemente sobrepostas.

Por isso, é preciso distinguir o acesso aos mercados de comercialização da produção, da integração com o mercado. Ploeg (2008) busca explicar diferentes níveis de integração aos mercados por meio de tipos ideais. Em um dos pólos estaria a reprodução autônoma (ou historicamente garantida) e, no outro a reprodução dependente de mercados externos. A reprodução autônoma encontra-se ancorada no aprimoramento da base de recursos através de fluxos controlados (produção de insumos na propriedade, minimização do uso de insumos externos, mobilização de mão de obra através da família ou de relações de reciprocidade com outros agricultores etc) e, no segundo caso, essas mesmas relações se desenvolvem através da interação com grupos

produção” não é significativamente distintivo, contando com mais esforço, mais mão de obra externa, ou reciprocidade, em cada um dos casos.

organizações empresariais. Enquanto uma alternativa se caracteriza como uma forma de resistência, na disputa por autonomia, a outra significa um aumento gradativo da dependência, seja ela auto-imposta, ou induzida do exterior. Logo, estar altamente integrado com o mercado não significa, necessariamente, sucesso para esses agricultores. Ainda de acordo com Ploeg (2008), quando se trata de alto grau de integração, trata-se, simultaneamente, de um alto grau de dependência de mercados externos e/ou entrelaçados para a prática da agricultura e não somente para o escoamento da produção. Os mercados comercialização da produção caracterizam-se, por sua vez como o lugar de venda da produção. Já na dependência direta dos mercados externos para produzir, como no caso da integração completa, vai ao encontro dos projetos de aumento da autonomia em relação à tomada de decisões, gestão auto-controlada da base de recursos e capacidade de investimentos na forma de dinheiro por parte dos agricultores.

Mapeando os mercados do Assentamento

De acordo o levantamento exploratório inicial, os principais mercados de comercialização da produção dos quais participam os produtores assentados do Francisco Julião incluem atravessadores, venda direta na beira da estrada, programas institucionais de compra da agricultura familiar Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), vendas entre assentados (que, na maioria dos casos, tem como destino final a venda na pista), pequenos comércios e supermercados da cidade de Cardoso Moreira, uma cooperativa que compra leite entre outros de utilização mais restrita, como pedras no mercado municipal de Campos dos Goytacazes. Em geral, esses canais são de uso mais ou menos frequente, de acordo com o tipo e volume da produção, infra-estrutura e redes de relações estabelecidas individualmente pelos produtores, que possuem diferentes tipos de racionalidades frente às suas opções. Reivindicamos aqui a noção de estrutura tal como definida por Ploeg e Long (2011) na qual,

“em termos mais substanciais, uma estrutura pode ser caracterizada como um conjunto extremamente variável de propriedades emergentes que, por um lado, resulta da inter-relação e/ou distanciamento entre vários projetos de atores, enquanto, por outro lado, funciona como um importante ponto de referência para a posterior elaboração, negociação e confrontação de projetos dos atores. (Ploeg e Long, 2011, p.42).

Um exemplo é a visão sobre os atravessadores, que apesar de serem considerados um dos mais importantes canais de escoamento da produção, não são, via de regra, a principal opção de mercado entre os produtores, pois a formação dos preços nesse mercado situa-se, em grande medida, fora do âmbito suas capacidades de decisão. Já a venda para outros assentados que possuem barracas na beira da pista, ocorre por meio de uma racionalidade bastante distinta. Alguns agricultores que possuem maior volume de produção alegam estar ajudando outros agricultores que precisam mais, outros possuem barracas com grande diversidade de produtos e dessa forma recorrem aos demais produtores do assentamento como forma de garantir a oferta de produtos constante e diversificada em sua barraca. No entanto, o que ocorre, independentemente de quem compra ou quem vende, é que por traz desse mercado há uma racionalidade distinta na formação dos preços e que tende para uma nova forma de distribuição dos lucros da comercialização da produção e o fortalecimento de uma rede interna no PA, ainda que se trate de uma parcela menor da produção total. Quem vende recebe preços melhores do que os pagos pelos atravessadores e quem compra consegue revender na pista por um preço menor do que os praticados nos supermercados e comércios da cidade, esse é um dos princípios básicos desse tipo de mercado.

No quadro, a seguir, apresento um esboço do mapeamento desses principais mercados com base nos pré-testes aplicados nas primeiras visitas a campo.

Quadro. Distribuição da produção no PA Francisco Julião

Canal de comercialização	Produtos	Estrutura	Período de funcionamento	Principais agentes	Características do mercado
Comercialização na pista (beira da estrada em que fica o assentamento)	Aipim, abóbora, ovos, quiabo, banana, entre outros.	Barracas de bambu e lona.	Alguns produtos, como o aipim, são comercializados o ano inteiro, outros são comercializados na época da safra.	Agricultores que comercializam produtos na pista, agricultores que vendem produtos para outros agricultores que comercializam na pista, compradores eventuais.	Comercialização direta. No geral não trabalham com encomendas. Em geral, não chega a configurar uma clientela.
Mercadinho estruturado na pista.	Aipim, abóbora, ovos, quiabo, banana, entre outros. Trabalha com uma diversidade maior de produtos se comparado aos demais agricultores que comercializam na pista.	Barraca estruturada no ponto de ônibus. Opera com uma balança e distribui sacolas.	Todo o ano	O agricultor que controla o mercado, o filho que também trabalha com o pai, agricultores que fornecem produtos para o mercadinho, clientes diversos.	O mercadinho encontra-se localizado em um ponto melhor da estrada do que as demais bancas (no lugar onde as pessoas param para tomar o ônibus), fornecendo também uma diversidade maior de produtos. Esse ponto de comercialização tornou-se também uma referência porque funciona todos os dias.
Atravessadores	Aipim, abóbora, quiabo, milho, banana, coco, entre outros.	Existem diferentes tipos de atravessadores, alguns deles com relações pessoais com alguns assentados. Ao que tudo indica, muitos desses atravessadores operam na área de Campos dos Goytacazes.	Varia	Carece ainda de informações sobre os diferentes tipos de atravessadores e suas cadeias de intermediação.	Alguns agricultores mencionaram o fato de que a presença dos atravessadores se tornou mais rara nos assentamentos. Muitos assentados conhecem os atravessadores e mandam avisar quanto tem produto.
Pequenos mercados em Cardoso Moreira	Aipim, abóbora, quiabo, milho, banana, ovos.	O produto é levado de ônibus ou no caminhão, operado pela Prefeitura e que foi adquirido com recursos do Programa Territórios da Cidadania para ser utilizado pelos assentados.	Conforme demanda, durante todo o ano.	Assentados e os donos dos diferentes mercadinhos.	Ao que tudo indica a relação com os mercadinhos é mediada por laços políticos e pessoais.

Canal de comercialização	Produtos	Estrutura	Período de funcionamento	Principais agentes	Características do mercado
<p>Mercado institucional – Programa de Aquisição de Alimentos</p> <p>Existem duas formas de operacionalização do PAA, uma via Prefeitura e outra através da Conab</p>	Produtos diversos que estiverem sendo demandados pelas entidades.	O caminhão da Prefeitura leva o produto até Cardoso Moreira, Campos ou São João da Barra. Lá, o produto é distribuído às escolas e entidades assistenciais através de transporte fretado.	<p>No caso do PAA/Prefeitura sabe-se até o presente momento que é anterior ao organizado pelo MST e ocorre em intervalos diversos.</p> <p>Início em março de 2011 (PAA/MST) e tenta manter periodicidade quinzenal.</p>	<p>Circuito da Prefeitura - Secretaria Municipal de Agricultura.</p> <p>MST, COOPERAR, Prefeitura de São João da Barra, escolas e entidades assistenciais em Cardoso Moreira, Campos e São João da Barra.</p>	<p>O projeto com a Conab envolve diferentes assentamentos.</p> <p>Preços tabelados ao longo do ano e relativa demora no pagamento (2 a 3 meses).</p>
<p>Mercado institucional - PNAE</p>	Produtos diversos demandados pelo projeto da merenda escolar.	Caminhão das prefeituras (Cardoso Moreira e/ou São João da Barra). Transporte Fretado.	Início em dezembro de 2010. Pouca duração.	Comercialização de produtos para a Prefeitura de São João da Barra.	Preços tabelados ao longo do ano e relativa demora no pagamento. (de acordo com a prestação de conta da prefeitura).
Cooperativa de leite	Leite	Recipientes para armazenamento do leite. E formas de transporte ao local da entrega. (ponto próximo ao PA)	Frequente	Agricultores e Cooperativa	Aguardam a passagem do caminhão do Leite que tem lugar e horários definidos.
Usina de Açúcar	Não registrado (cana de açúcar)	X	A usina caracterizava um mercado tradicional. Com a decadência do setor, há uma demanda cada vez menor.	X	X
Venda entre vizinhos	Aipim, abóbora, ovos, quiabo, banana, entre outros.	Carrinho de mão, animais, veículos próprios.	Frequente	Agricultores	Venda de produtos que tem como destino o consumo e a comercialização na pista.

Considerações Finais:

A comercialização da produção agrícola no assentamento não se resume, portanto, a uma equação econômica que visa combinar sem qualquer distinção social aspectos tais como oferta e demanda. Pelo contrário a pesquisa tem apontado para interessantes aspectos sobre a construção da identidade e da interação do assentamento

com o município em que se localiza. Nesse sentido, o acesso aos mercados de escoamento da produção e também o mercado de serviços, que viabiliza em grande medida a produção, vem indicando uma forte relação com as redes locais o que ainda precisa ser mais aprimorado. O aspecto identitário também tem se mostrado bastante relevante na aceitação e na valorização de seus produtos na cidade, tendo em vista que esse assentamento tem revertido nos últimos anos a visão pejorativa do “sem terra” invasor, para uma construção do “sem terra” agricultor familiar.

A valorização de ativos relacionados à agricultura familiar como a produção de alimentos e interação direta com os mercados no município dá novo status e apresenta novas oportunidades para a consolidação desses agricultores no âmbito local. Ainda assim, esse é um processo inicial e as dificuldades são diversas. Trata-se aqui de um estudo de um caso peculiar, nem todos os assentamentos do município e da região compartilham esse processo. A proposta de andamento dessa pesquisa é de incluir outro assentamento com características internas distintas a fim de trabalhar de forma comparativa buscando aprofundar a compreensão sobre a formação e desenvolvimento desses processos e redes de interação específicas.

10. Bibliografia:

ABRAMOVAY, Ricardo. Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. Revista Tempo Social, Vol. 16, n°2. São Paulo, 2004.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. 2° edição, Editora UFRGS. Porto Alegre, 2009.

ALMEIDA, Mauro Willian Barbosa de. Redescobrimo a família Rural. Revista Brasileira de Ciências Sociais, V.1, n°1, p.66-83, 1986.

BARBOSA, R.; FERRANTE, V. L. B; DUVAL, H. C. Entre a parceria e a diversificação agrícola: A reconstrução dos assentados sobre o seu viver. In: **Retratos de Assentamentos**, Araraquara-SP, Publicação periódica do NUPEDOR/UNIARA, n.13, p. 285 -319. 2010.

CHAYANOV, Alexander. **La Teoria de La Economia Campesina**. Cuadernos de pasado y presente. 2° edição, 1987.

CUNHA, L. A. G. Confiança, capital social e desenvolvimento territorial. *Ra'ega* Curitiba, n.4, p 49-60 Editora da UFPR, 2000.

ELLIS, Frank. **Peasant Economics: Farm households and agrarian development**. Cambridge University Press, 1988.

FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. (Orgs.) **Retratos de Assentamentos**, Araraquara-SP, Publicação periódica do NUPEDOR/UNIARA n.13, 2010.

FERREIRA, P. C; PEDLOWSKI, M. A. Desafios e gargalos do processo de comercialização agrícola em assentamentos de Reforma Agrária. VII Congresso LatinoAmericano de Sociología Rural. Porto de Galinhas, 2010.

GRANOVETTER, Mark. Ação Econômica e Estrutura Social: o problema da incrustação. In: *A Nova Sociologia Econômica*, Celta, 2003, (op. cit.) Publicação original: *American Journal of Sociology*, 91, 1985.

GRANOVETTER, Mark. The Strength of weak ties revisited, 1983.

GRAZIANO DA SILVA, José; KAGEYAMA, Ângela A.; ROMÃO, Devancyr A.; NETO, José A. Wagner; PINTO, Luzia C. Guedes. Tecnologia e Campesinato: O caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, vol. 3 n°4, p. 21-55, outubro/dezembro, 1983.

GUANZIROLI, Carlos E. Assentar sem terra ou fortalecer agricultores familiares. In: **Retratos de Assentamentos**, Araraquara-SP, Publicação periódica do NUPEDOR/UNIARA n.13, p.107-116, 2010.

KAYAGEMA, Angela; BERGAMASCO, Sonia Maria P. P.; OLIVEIRA, Julieta Aier de. Caracterização dos estabelecimentos de assentados no Censo Agropecuário de 2006. In: **Retratos de Assentamentos**, Araraquara-SP, Publicação periódica do NUPEDOR/UNIARA n.13, p.107-116, 2010.

LEITE, Sérgio Pereira; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela. Impactos Econômicos dos Assentamentos Rurais no Brasil: análise das suas dimensões regionais. *Revista Economia Ensaios*, v.22, n°1. EDUFU – Uberlândia, 2007.

LINHARES, Elizabeth; MEDEIROS, Leonilde; PADRÃO, Luciano; ALENTEJANO, Paulo. Conhecendo assentamentos rurais no Rio de Janeiro. CPDA/UFRRJ – Rio de Janeiro, 2002.

MALAGODI, Edgar; MENEZES, Marilda; SILVA Flávia Maria. Assentamento de reforma agrária como alternativa para regiões rurais em crise. II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Rio Grande do Sul, 2004.

MARQUES, Rafael. Os trilhos da nova sociologia econômica. In: **A Nova Sociologia Econômica**, Celta, 2003.

MALUF, Renato S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. Ensaio FEE, V.25, nº1, Porto Alegre, 2004.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio; BENEDETTI, Adriane Cristina; Souza, Inês Cabanilha; ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. Luta por Terra e assentamentos rurais no Rio de Janeiro. In: A formação dos assentamentos rurais no Brasil – Processos sociais e políticas públicas. MEDEIROS, Leonilde S.; LEITE, Sérgio (Orgs). Editora da Universidade/UFRGS/CPDA, Porto Alegre/Rio de Janeiro, 1999. (p.117 - 160)

NEVES, Delma Pessanha. O associativismo e a comercialização agrícola: Dilemas do processo de assentamento rural. : Núcleo de Pesquisa e documentação Rural NUPEDOR – Araraquara, 2010

PEDLOWSKI, Marco Antonio. Reforma agrária em migalhas e as novas estratégias para garantir a persistência do latifúndio na região Norte Fluminense. V Simpósio Nacional de Geografia Agrária – Singa, Niterói, 2009.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Ed. UFRGS, Rio Grande do Sul, 2008.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Labor Markets and agricultural production**. Westview Press, 1990.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. Newly emerging, nested markets: a theoretical introduction into their strengths and relevance. III Colóquio da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2011.

SOUZA, M. S; SOUZA, R. S. Implicação das redes de cooperação do pequeno comércio varejista sobre a construção dos mercados locais de hortigranjeiros IN: SCHNEIDER, Sérgio; GAZOLLA, Márcio (ORGS). **Os atores do desenvolvimento Rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Editora UFRGS, Porto Alegre, 2011.

STEINER, Philippe. **A Sociologia Econômica**. Editora Atlas. São Paulo, 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. Revista Agriculturas: Agricultura familiar camponesa na construção do futuro – outubro. Rio de Janeiro, 2009.

WILKINSON, John. Sociologia Econômica, a Teoria das Convenções e o funcionamento dos mercados. Ensaio FEE, 2002.

WILKINSON, John. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina. Estudos Sociedade e Agricultura, n° 21 – outubro. Rio de Janeiro, 2003.

WILKINSON, John. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Editora UFRGS: Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento rural. Porto Alegre, 2008.